



MINISTÉRIO DA SAÚDE
AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
Concurso Público para provimento de vagas no cargo de
Especialista em Regulação de Saúde Suplementar
Especialidade Direito

Caderno de Prova, Cargo ED , Tipo 001
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A
Conhecimentos Básicos Conhecimentos Específicos - Partes I e II Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.
 - contém a proposta e o espaço para rascunho da Redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão objetiva existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão objetiva que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas das questões objetivas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em nenhuma hipótese o rascunho da Redação será considerado para correção.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas, e fazer a Redação (rascunho e transcrição).
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a Folha de transcrição da Prova de Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Março/2007

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Atenção: As questões de números 01 a 10 baseiam-se no texto abaixo.

1 A Norma (1831) é claramente uma ópera que encena, numa suposta rebelião gaulesa contra a tutela romana na Antiguidade, a desejada libertação dos italianos em face das potências estrangeiras – no caso, 5 certamente a Áustria – que lhes vedam a independência e a unidade nacional. Como é de praxe em boa parte das óperas italianas do século XIX, ao posicionamento progressista nas grandes questões sociais ou nacionais se opõe um lastro, geralmente ocultado, que é de 10 natureza mais propriamente pessoal, e serve de enorme peso – inconsciente, posto que até então desconhecido – contra aquela tomada de partido em favor [...] do “bem” ou, pelo menos, da justiça e do progresso. Esse modelo aparece, para citarmos apenas algumas óperas, nas 15 Vespri siciliani e no Trovatore de Verdi; poder-se-ia argumentar que a Traviata procede do mesmo modo. Assim, um recorte se delineia inicialmente, a opor as causas progressistas (a pátria livre, seja ela a Gália, a Sicília ou qualquer outra; a defesa dos pobres; a união 20 de quem se ama) ao que existe de mais retrógrado; porém, a dramaticidade não procederá do conflito, num mesmo nível, entre progressistas e reacionários, mas da irrupção, no âmago mesmo da causa revolucionária avançada, de um elemento pessoal marcado pelo 25 acumpliciamento secreto, arcaico e culpável com o inimigo. Dessa forma, o herói libertador dos sicilianos nas Vespri é na verdade filho ilegítimo do governador francês, o trovador, na ópera homônima, é o irmão perdido de seu próprio perseguidor – e aqui, na Norma, a 30 sacerdotiza suprema dos gauleses é amante do chefe romano. É isso o que dilacera a alma, tanto do ator-cantor como do expectador-ouvinte, e confere a essas óperas seu caráter trágico.

(RIBEIRO, Renato Janine. **Iracema** ou a fundação do Brasil. In FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 5.ed., São Paulo: Contexto, 2003, p. 406)

1. Compreende-se corretamente do texto que
 - (A) a *Norma* explora um persistente problema político da Itália — o da sua independência e unificação nacional —, seja considerando a relação entre o país e a Gália na Antiguidade, seja transferindo para o quadro de dominação austríaca do século XIX esse confronto entre o pátrio e o estrangeiro.
 - (B) uma parcela considerável das óperas italianas do século XIX — inclusive a *Norma* — organiza-se em torno de uma tensão, verificada tanto no âmbito pessoal quanto no coletivo, entre o avançado e o retrógrado.
 - (C) o caráter trágico das óperas italianas contemporâneas à *Norma* advém do embate entre grupos progressistas e reacionários, ativado, na maioria das vezes, pela emergência de uma causa revolucionária para a época.
 - (D) a *Traviata*, tanto quanto as *Vespri siciliani* e o *Trovatore*, obedece ao modelo recorrentemente encontrado nas composições dramático-musicais do período, isto é, apresenta um enredo que incita à irrupção do que existe de mais reacionário numa sociedade.
 - (E) as causas avançadas defendidas em óperas italianas, por estarem circunscritas a grandes temas políticos (como os conflitos de classes e a luta pela soberania política das nações emergentes), impedem a consideração dos dramas e das tragédias individuais.

2. O texto autoriza afirmar que
 - (A) o tratamento da oposição entre o bem e o mal, o revolucionário e o retrógrado, é insuficiente para imprimir dramaticidade a uma ópera.
 - (B) a *Norma*, ao tematizar fatos cronologicamente distantes, exime-se do compromisso com as questões políticas que lhe são contemporâneas.
 - (C) o caráter trágico dos textos dramáticos mencionados é gerado pela cumplicidade estabelecida entre atores e platéia.
 - (D) o específico poder de comoção das óperas mencionadas emerge da contradição que os protagonistas passam a viver entre suas convicções e sua condição pessoal.
 - (E) o dever cívico e o desejo pessoal exercem forças equivalentes sobre os indivíduos, motivo de as óperas citadas enfatizarem a necessidade de equilíbrio entre um e outro.

3. Acerca dos recursos de coesão textual, é correto afirmar que
 - (A) o advérbio *aqui* (linha 29), mais que a um espaço, reporta-se a um tema, ou objeto de análise, tomado como o mais relevante para a organização do texto.
 - (B) o expressão *Dessa forma* (linha 26) introduz um comentário de caráter conclusivo, na medida em que generaliza a afirmação feita anteriormente.
 - (C) o fragmento *aquela tomada de partido em favor do “bem”* (linha 12) recupera, com o acréscimo de um juízo de valor, o segmento *a desejada libertação dos italianos* (linhas 3 e 4).
 - (D) o autor inicia o texto com constatações gerais e, em seguida, empreende detalhada análise específica de um caso.
 - (E) o pronome *isso* (linha 31) corresponde a uma síntese de tudo o que se afirmou no texto sobre as óperas e sua densidade dramática.

<p>4. Acerca de recursos de pontuação empregados no texto, afirma-se corretamente que</p> <p>(A) os parênteses (linhas 1, 18 e 20) contêm detalhamento de expressões mais genéricas.</p> <p>(B) os travessões (linhas 4, 5 e 29), por meio do acréscimo de novos dados, demarcam esclarecimentos considerados relevantes.</p> <p>(C) o sentido e a correção do trecho <i>Esse modelo aparece, para citarmos apenas algumas óperas, nas Vespri...</i> seriam preservados com a supressão da primeira vírgula.</p> <p>(D) as aspas, em “<i>bem</i>” (linha 12), exprimem o caráter politicamente incorreto do uso da palavra no contexto atual.</p> <p>(E) a substituição da vírgula que separa as palavras <i>francês</i> e <i>o</i> (linha 28) por ponto-e-vírgula alteraria o sentido original do trecho considerado.</p>	<p>7. A Norma (1831) é claramente uma ópera que encena, numa suposta rebelião gaulesa contra a tutela romana na Antiguidade, a desejada libertação dos italianos em face das potências estrangeiras [...] que lhes vedam a independência e a unidade nacional.</p> <p>O trecho acima está clara e corretamente reescrito em:</p> <p>(A) A Norma (1831) é uma peça que dramatiza claramente uma suposta rebelião gaulesa contra o controle romano na Antiguidade, pressupondo a almejada libertação dos italianos contra as potências estrangeiras que lhes vetam a independência e a união entre as nações.</p> <p>(B) A Norma (1831) faz supor que tenha existido uma rebelião gaulesa contra a tirania romana na Antiguidade, quando o que de fato ali ocorreu foi um momento de libertação da Itália em face das potências estrangeiras que dificultavam sua emancipação e unidade enquanto país.</p> <p>(C) Na Norma (1831), uma alegada revolta gaulesa contra o domínio romano corresponde à superfície do texto, que, na verdade, encena a almejada libertação dos italianos das potências estrangeiras que lhes impediam a independência e a unidade nacionais.</p> <p>(D) A Norma (1831) é uma ópera encenada a respeito da claramente ansiada libertação dos italianos de frente das potências estrangeiras que lhes negam a união, mas ela refere explicitamente uma insurreição gaulesa contra a tutela romana na Antiguidade.</p> <p>(E) Uma sublevação gaulesa de enfrentamento ao poder romano na Antiguidade serve de pretexto, na Norma (1831), para dramatizar, de modo claro, a conquista da liberdade pelos italianos, que eram bloqueados por potências estrangeiras em relação à independência e à unidade para com a pátria.</p>
<p>5. Considerando sempre o contexto, diz-se com correção que</p> <p>(A) a palavra <i>mesmo</i> (linhas 16, 22 e 23) apresenta, em suas três ocorrências, idênticos valor e sentido.</p> <p>(B) as palavras <i>lastro</i> (linha 9) e <i>acumplicimento</i> (linha 25) estão em relação de antonímia.</p> <p>(C) o segmento <i>um recorte se delinea inicialmente</i> (linha 17) está corretamente interpretado assim: “uma ruptura em princípio se impõe”.</p> <p>(D) as formas verbais <i>procede</i> (linha 16) e <i>procederá</i> (linha 21) expressam o mesmo significado, embora remetam a tempos e modos distintos.</p> <p>(E) as palavras <i>justiça</i> e <i>progresso</i> (linha 13) foram empregadas com significação menos abrangente que a de “<i>bem</i>”.</p>	<p>8. Está correta a concordância estabelecida em:</p> <p>(A) Será necessário análises mais detidas de cada uma das óperas mencionada.</p> <p>(B) Diante das potências estrangeiras que nada lhes poderiam facilitar, a Itália deixa manifesto na Norma sua ânsia por liberdade.</p> <p>(C) Nas óperas românticas, servem de pesos inconscientes, postos que até então desconhecidos, laços, geralmente ocultados, de naturezas mais pessoais.</p> <p>(D) Deveriam haver argumentos para sustentar que a <i>Traviata</i> procede do mesmo modo que a <i>Norma</i>.</p> <p>(E) Sempre se desejaram pátrias livres, fossem elas Gália e Itália ou quaisquer outras.</p>
<p>6. A respeito da estrutura e do uso de palavras no texto, é correto afirmar que</p> <p>(A) a forma <i>citarmos</i> (linha 14), empregada na primeira pessoa do plural, inclui o autor e os leitores.</p> <p>(B) a forma <i>poder-se-ia</i> (linha 15) confere ao trecho em que se insere o caráter de afirmação improvável.</p> <p>(C) <i>expectador-ouvinte</i> (linha 32), tal como <i>ator-cantor</i>, é palavra composta, cujo plural é “expectadores-ouvinte”.</p> <p>(D) a forma <i>procederá</i> (linha 21), não obstante o tempo empregado, refere-se a um fato já verificável no momento de produção do texto.</p> <p>(E) o segmento <i>as causas progressistas</i> (linhas 17 e 18) é equivalente, no contexto, à forma pronominal “lhes”.</p>	<p>9. Consideradas a forma e a posição do pronome pessoal previstas na norma culta da língua, a alternativa correta é:</p> <p>(A) Os primeiros cristãos registraram, em diferentes documentos históricos, as formas como os romanos lhes perseguiram.</p> <p>(B) Os assessores do governador francês não deram-no a desoladora notícia imediatamente.</p> <p>(C) Se os outros sacerdotes lhe encontrassem naquela situação, certamente ficariam constrangidos.</p> <p>(D) Antes do desfecho trágico daquela relação amorosa, ele tinha avisado-lhe do perigo que corriam.</p> <p>(E) Quando queriam parecer realmente originais, os cantores novatos se tornavam ainda mais ridículos.</p>

10. Assinale a alternativa que apresenta redação clara e adequada à norma culta da Língua Portuguesa.
- (A) Apesar da quantidade de textos dedicados a relação entre arte e política ser extensa, quase todos os trabalhos tem argumentado de que a primeira sempre faz referência à última.
- (B) As obras artísticas reconhecidas como mais penes, mantém a expectativa do público e lhes provoca, reiteradamente, a sensação de não saber exatamente porque as relações humanas são tão complexas.
- (C) Nas óperas italianas dos anos 1800 a que fizemos referência, sacerdotes, trovadores e heróis são, antes de tudo, seres humanos comuns, perplexos diante de sua sina e de seus anseios mais íntimos.
- (D) Justamente por tratar de um tema onde os sentimentos mais profundos afloram, já fazem quase 200 anos que a *Norma* traz emoção aqueles que admiram obras típicas do Romantismo.
- (E) Se não fossem os conflitos pessoais que passamos, não havia se quer a possibilidade de pensar em crises político-sociais, à medida que o homem é, ao fim e ao cabo, o centro de tudo.

Atenção: As questões de números 11 a 20 referem-se ao texto transcrito abaixo.

1 Vários historiadores têm procurado entender a originalidade da monarquia brasileira vinculando-a à chegada da família real ao Brasil em 1808. De fato, é no mínimo inusitado pensar numa colônia sediando a capital de um império. Chamada por Maria Odila Leite da Silva Dias de a “internacionalização da metrópole”, a instalação no Brasil da corte portuguesa, que fugia das tropas napoleônicas, significou não apenas um acidente fortuito, mas um momento angular da história nacional e de um processo singular de emancipação. Fuga ou golpe político, o fato é que com D. João e sua família, e contando com a ajuda inglesa, transferiram-se para o país a própria corte portuguesa — cujo número estimado de pessoas chegava a 20 mil, sendo que a cidade do Rio possuía apenas 60 mil almas — e várias instituições metropolitanas. Mas não era só: comerciantes ingleses e franceses, artistas italianos e naturalistas austríacos vinham junto com os baús. Difícil imaginar choque cultural maior.

Transformado em reino unido já em 1815, o Brasil passou a distanciar-se, aos poucos, de seu antigo estatuto colonial, ganhando uma autonomia relativa jamais conhecida naquele contexto. A partir de então, o Rio de Janeiro tornou-se capital de Portugal e de suas possessões na África e na Ásia, e os portos brasileiros se abriram ao comércio britânico (seguindo o acerto feito com a Inglaterra, que assegurou o transporte da corte, mas o trocou por esse acordo comercial). Tais fatos alteraram radicalmente a situação da colônia portuguesa na América.

(Adaptado de SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 35-36.)

11. Quanto à organização, afirma-se corretamente que o texto
- (A) mescla narração e dissertação, mas dá relevo àquela, uma vez que, para a autora, devem ser destacados os acontecimentos e não os comentários avaliativos que eles suscitaram.
- (B) descreve o modelo administrativo e a organização hierárquica da corte que se transferiu para o Brasil, oferecendo detalhado panorama dos aspectos burocráticos que redundaram no específico feito da nação brasileira.
- (C) se restringe à narração do episódio da fuga da família real para a América, destacando suas causas, os meios pelos quais se efetivou e seu impacto sobre a pátria que aqui se formara.
- (D) reúne as datas e os acontecimentos tomados como mais relevantes no processo de emancipação do país, para defender a idéia de que, na configuração de um dado quadro político, o mais importante são os antecedentes históricos imediatos.
- (E) mobiliza dados históricos e outros trabalhos que se debruçaram sobre o tema, com o fito de comprovar a hipótese apresentada sobre a formação da monarquia brasileira.

12. De acordo com o texto, é correto afirmar que

- (A) a transferência da sede do império para o Brasil se configurou como experiência insólita e sem precedentes, tanto por propiciar o surgimento de um papel político inédito, quanto por produzir mudanças concretas em diferentes esferas do ambiente colonial.
- (B) a condição administrativa inicial do Brasil se conservou mesmo após a fixação do Rio de Janeiro como capital de Portugal, mas o comércio, as artes e as ciências finalmente se tornaram auto-suficientes.
- (C) o número de almas pré-existentes no Rio de Janeiro é avaliado, em si mesmo, como bastante expressivo, embora, em face da quantidade de migrantes que para lá se dirigiram, pareça ínfimo.
- (D) a internacionalização da metrópole carioca — isto é, a vinda de portugueses, franceses, ingleses e austríacos — foi decisiva para a configuração de um processo de independência que assumiria características genuínas entre as colônias lusitanas.
- (E) a originalidade da monarquia brasileira deve ser creditada a contingências históricas exclusivas, como a incondicional ajuda britânica concedida a Portugal desde o momento da fuga da Europa.

<p>13. O desenvolvimento argumentativo do texto permite afirmar corretamente que</p> <p>(A) a autora considera unânime a avaliação de que o estabelecimento de uma corte em uma colônia é o fator crucial para a compreensão da particular história da monarquia brasileira.</p> <p>(B) existe dissonância entre a hipótese aventada para explicar a peculiaridade da monarquia brasileira e os dados apresentados para a sua comprovação, que, em última instância, são referentes apenas à singularidade administrativa lusitana.</p> <p>(C) o motivo da transferência da corte lusitana para o Brasil (<i>Fuga ou golpe político</i>) ainda carece de consenso, mas determinar seu estatuto é irrelevante para a discussão do tema.</p> <p>(D) a expressão <i>Vários historiadores</i> (linha 1) é a única referência a outras autoridades intelectuais no assunto, já que a autora, a partir dessa contextualização inicial, se atém às sínteses por ela mesma elaboradas a respeito dos fatos.</p> <p>(E) os dados quantitativos (linhas 13 a 15) correspondem à principal comprovação apresentada para a defesa de um ponto de vista sobre o tema, tanto que eles vêm entre travessões, que lhes acentuam o caráter central.</p>	<p>16. Levando em conta as relações de sentido estabelecidas no texto, é correto dizer que</p> <p>(A) a expressão <i>choque cultural</i> (linha 18) faz referência às diferenças de desenvolvimento verificáveis entre portugueses e outros povos europeus à época.</p> <p>(B) o segmento <i>é no mínimo</i> (linhas 3 e 4) equivale a “é pelo menos” e empresta tom enfático à avaliação feita.</p> <p>(C) o fragmento <i>Mas não era só</i> (linhas 15 e 16) é seguido de esclarecimento que contradiz as afirmações anteriores.</p> <p>(D) a conjunção <i>mas</i> (linha 9) pode ser substituída, sem prejuízo do sentido e da correção do trecho em que aparece, por “e sim”.</p> <p>(E) o termo <i>então</i> (linha 22) tem como referência o ano de 1808.</p>
<p>14. Infere-se corretamente do texto que,</p> <p>(A) para preparar a expansão de seu prestígio político pelo Brasil, a Inglaterra impôs, ainda na Europa, seu colonialismo à coroa portuguesa.</p> <p>(B) antes da chegada da corte, o comércio, as artes e as ciências não faziam parte do cotidiano cultural brasileiro.</p> <p>(C) embora não haja certezas, existe interpretação plausível para as causas da originalidade da monarquia brasileira.</p> <p>(D) mais do que 1808, 1815 é uma data decisiva para o Brasil, pois, apenas quando se torna um reino unido, ele se distancia plenamente do estatuto colonial.</p> <p>(E) para a autora, o contexto brasileiro não suportou as mudanças sociais e administrativas geradas pela transferência da corte.</p>	<p>17. <u>...os portos brasileiros se abriram ao comércio britânico (segundo o acerto feito com a Inglaterra, <i>que assegurou o transporte da corte, mas o trocou por esse acordo comercial</i>).</u></p> <p>O segmento que traduz, completa e corretamente, a situação da coroa inglesa descrita no trecho sublinhado acima é:</p> <p>(A) que não podia dar o braço a torcer.</p> <p>(B) que não deu ponto sem nó.</p> <p>(C) que fez uma emenda pior que o soneto.</p> <p>(D) que não trocou seis por meia dúzia.</p> <p>(E) que freqüentemente mete a mão em cumbuca.</p>
<p>15. Considerando sempre o contexto, está correta a seguinte correspondência de significados:</p> <p>(A) <i>processo singular de emancipação</i> (linha 10) = distinto decurso de alforria.</p> <p>(B) <i>comerciantes ingleses e franceses, artistas italianos e naturalistas austríacos vinham junto com os baús</i> (linhas 16 e 17) = distintos estratos do operariado europeu chegavam com os pertences dos portugueses.</p> <p>(C) <i>um acidente fortuito</i> (linha 8) = um providencial incidente.</p> <p>(D) <i>um momento angular</i> (linha 9) = uma basilar conjuntura.</p> <p>(E) <i>distanciar-se [...] de seu antigo estatuto colonial</i> (linhas 20 e 21) = desacatar a precedente regulamentação para colônias.</p>	<p>18. Respeitado o contexto de ocorrência, assinale o fragmento que está corretamente entendido.</p> <p>(A) <i>Fuga ou golpe político...</i>(linha 10) = Fosse fuga, fosse golpe político.</p> <p>(B) <i>...ganhando uma autonomia relativa...</i> (linha 21) = embora ganhasse uma autonomia relativa.</p> <p>(C) <i>...vinculando-a...</i> (linha 2) = quando a vinculam.</p> <p>(D) <i>...e contando com a ajuda inglesa...</i> (linhas 11 e 12) = porquanto contavam com a ajuda inglesa.</p> <p>(E) <i>...cujo número estimado de pessoas...</i> (linha 13) = do qual o número estimado de pessoas.</p> <p>19. Tendo como parâmetro a norma culta da língua, assinale a alternativa que contém forma verbal corretamente empregada.</p> <p>(A) Portugal proveu o Brasil de uma estrutura encontrada apenas em metrópoles.</p> <p>(B) A Inglaterra conviu em que seria mais prudente ajudar na vinda de D. João VI para o Brasil.</p> <p>(C) As grandes nações se precavêem de infortúnios com planejamento.</p> <p>(D) Algumas ex-colônias requiseram a emancipação política antes que nosso país o fizesse.</p> <p>(E) Quando os historiadores reverem o episódio, certamente encontrarão passagens difíceis de interpretar.</p>

<p>20. Assinale a alternativa que contém parágrafo redigido em conformidade com a norma culta da Língua Portuguesa.</p> <p>(A) Lenda ou não, o fato é que a mãe de D. Pedro II sucumbiu à um parto prematuro, o que contribuiu ainda mais para a construção popular da imagem do príncipe como mártir da nação, cuja a mãe morria de tristeza e em conseqüência dos maltratos do marido.</p> <p>(B) Pedro Plancher apressou-se ao vincular à data do nascimento de D. Pedro II à sorte eminente do país, dizendo: que a anarquia morreu na França num 2 de dezembro, data aquela que também Carlos Magno vingou os atroses insultos feitos aos netos de Henrique IV.</p> <p>(C) A política antiliberal do império brasileiro não resumiu-se, porém, no plano interno. No âmbito externo, os monarcas manteram a postura expansionista de Portugal, que pretendia estender as fronteiras meridionais do Brasil até às margens do Prata.</p> <p>(D) Com D. João VI, entraria no Brasil toda uma agenda de festas que, nos trópicos, ganhou um colorido mais que especial. Vêm com a burocracia lusitana, com efeito, os te-déuns, as missas de ação de graças, as embaixadas, as grandes cerimônias das cortes católicas européias.</p> <p>(E) As interpretações variam quando se tratam dos eventos que garantiram a homogeneidade política e a unidade territorial do Brasil, mas convergem no sentido de ressaltar a importância da opção premeditada pela monarquia.</p>	<p>23. Considere as seguintes assertivas a respeito da Organização, da Direção e da Gestão do Sistema Único de Saúde – SUS:</p> <p>I. As ações e serviços de saúde executados pelo SUS serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada em níveis de complexidade crescente.</p> <p>II. Os Municípios poderão constituir consórcios para desenvolver em conjunto as ações e os serviços de saúde que lhes correspondam.</p> <p>III. A articulação das políticas e programas, a cargo das comissões intersetoriais, não abrangerá as atividades de vigilância sanitária e farmacoepidemiologia.</p> <p>IV. A direção do SUS é única, sendo exercida no âmbito dos Estados pela respectiva Secretaria de Saúde ou órgão equivalente.</p> <p>De acordo com a Lei nº 8.080/90, está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I, II e III.</p> <p>(C) I, II e IV.</p> <p>(D) II, III e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>
<p>21. Três meses após deixar cargo de diretoria, Sr. "W", ex-dirigente da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, representou interesse próprio relacionado a contrato particular de assistência à saúde suplementar, na condição de contratante. De acordo com a Lei nº 9.961/00, o Sr. "W"</p> <p>(A) infringiu dispositivo legal, uma vez que não poderia representar qualquer interesse perante a Agência até doze meses após deixar o cargo de dirigente.</p> <p>(B) não infringiu dispositivo legal, uma vez que representou interesse próprio na condição de contratante.</p> <p>(C) infringiu dispositivo legal, uma vez que, na qualidade de ex-dirigente, só poderia exercer cargo ou função em organização sujeita à regulação da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.</p> <p>(D) infringiu dispositivo legal, uma vez que não poderia representar qualquer interesse perante a Agência até seis meses após deixar o cargo de dirigente.</p> <p>(E) não infringiu dispositivo legal, uma vez que poderia representar qualquer interesse perante a Agência dois meses após deixar o cargo de dirigente.</p>	<p>24. O Sistema Único de Saúde – SUS contará, em cada esfera do governo, sem prejuízo das funções do Poder Legislativo, com a Conferência de Saúde e o Conselho de Saúde. É certo que a Conferência de Saúde</p> <p>(A) não poderá ser convocada extraordinariamente pelo Conselho de Saúde, uma vez que a legislação em vigor veda a invasão de competência no órgão colegiado.</p> <p>(B) atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, exceto nos aspectos econômicos e financeiros.</p> <p>(C) reunir-se-á ordinariamente por convocação do Poder Legislativo e extraordinariamente por convocação do Poder Executivo.</p> <p>(D) tem sua organização e normas de funcionamento definidas em regimento próprio que deverá sempre ser submetido à aprovação prévia do Ministro da Saúde.</p> <p>(E) reunir-se-á a cada quatro anos para avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde nos níveis correspondentes.</p>
<p>22. Maurício, especialista em regulação de saúde suplementar, possui como uma atribuição específica desse cargo, dentre outras, prevista na Lei nº 10.871/04,</p> <p>(A) a orientação aos agentes do mercado regulado e ao público em geral.</p> <p>(B) o subsídio e o apoio técnico às atividades de normatização e regulação.</p> <p>(C) a fiscalização do cumprimento das regras pelos agentes do mercado regulado.</p> <p>(D) a elaboração de normas para regulação do mercado.</p> <p>(E) a implementação e a execução de planos relativos às atividades de regulação.</p>	<p>25. Marcela, 45 anos de idade, segurada da operadora de plano privado de saúde "BETA", possui diabetes, já teve três infartos e um derrame cerebral. Insatisfeita com os serviços da operadora "BETA", pretende mudar para a operadora "DELTA". De acordo com a Lei nº 9.656/98, com relação às doenças e às lesões preexistentes de Marcela, a operadora "DELTA"</p> <p>(A) poderá excluir das coberturas essas doenças e lesões preexistentes à data da contratação do plano até 24 meses de vigência do instrumento contratual.</p> <p>(B) não poderá excluir das coberturas essas doenças e lesões preexistentes à data da contratação do plano em razão de Marcela possuir menos de 50 anos de idade.</p> <p>(C) poderá excluir das coberturas essas doenças e lesões preexistentes à data da contratação do plano até 48 meses de vigência do instrumento contratual.</p> <p>(D) poderá excluir das coberturas essas doenças e lesões preexistentes à data da contratação do plano até 36 meses de vigência do instrumento contratual.</p> <p>(E) não poderá excluir de coberturas essas doenças e lesões preexistentes à data da contratação do plano, em razão de Marcela possuir menos de 60 anos de idade.</p>

<p>26. Márcia deu a luz a Paulo, que está com duas semanas de vida. Neste caso, considerando que seu plano privado de assistência à saúde inclui atendimento obstétrico, sua operadora deverá dar cobertura assistencial ao recém-nascido durante os primeiros</p> <p>(A) cento e vinte dias após o parto e assegurar a inscrição de Paulo no plano como dependente, isentando-o do cumprimento dos períodos de carência, se esta ocorrer durante esse período.</p> <p>(B) noventa dias após o parto e assegurar a inscrição de Paulo no plano como dependente, com o cumprimento dos períodos legais de carência, se esta ocorrer durante esse período.</p> <p>(C) sessenta dias após o parto e assegurar a inscrição de Paulo no plano como dependente, isentando-o do cumprimento dos períodos de carência, se esta ocorrer durante esse período.</p> <p>(D) sessenta dias após o parto e assegurar a inscrição de Paulo no plano como dependente, com o cumprimento dos períodos legais de carência, se esta ocorrer durante esse período.</p> <p>(E) trinta dias após o parto e assegurar a inscrição de Paulo no plano como dependente, isentando-o do cumprimento dos períodos de carência, se esta ocorrer durante esse período.</p>	<p>29. Considere as seguintes assertivas a respeito da assistência à saúde pela iniciativa privada:</p> <p>I. As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio.</p> <p>II. É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.</p> <p>III. Em regra, é vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País.</p> <p>IV. As entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos não possuem qualquer tipo de preferência na participação complementar do sistema único de saúde.</p> <p>De acordo com a Constituição Federal brasileira, está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I, II e III.</p> <p>(C) I, II e IV.</p> <p>(D) II, III e IV.</p> <p>(E) II e IV.</p>
<p>27. Miguel trabalha há 7 (sete) anos na empresa "WXZ". Em razão da sua idade, Miguel se aposentou. Considerando que ele contribuiu para plano coletivo de assistência à saúde, decorrente desse vínculo empregatício, durante esses 7 (sete) anos, lhe será assegurado o direito de manutenção como beneficiário nas mesmas condições de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho por</p> <p>(A) mais 7 (sete) anos, desde que assumo o pagamento integral do plano.</p> <p>(B) mais quinze anos, desde que assumo o pagamento integral do plano.</p> <p>(C) mais quinze anos, desde que assumo o pagamento de 70% do plano.</p> <p>(D) mais dezoito anos, desde que assumo o pagamento integral do plano.</p> <p>(E) prazo indeterminado, desde que assumo o pagamento de 70% do plano.</p>	<p>30. De acordo com a Lei nº 11.302/06, o titular de cargo efetivo de Perito Médico da Previdência Social da Carreira Médica da Previdência Social que não se encontre em exercício no Instituto Nacional do Seguro Social ou no Ministério da Previdência Social só fará jus à GDAMP – Gratificação de Desempenho de Atividade Médico Pericial – quando requisitado</p> <p>(A) pelo Ministro de Estado da Saúde e a perceberá integralmente quanto a sua parcela de desempenho institucional e pela média nacional em relação a sua parcela de desempenho individual.</p> <p>(B) pelo Ministro de Estado da Saúde e a perceberá integralmente quanto a sua parcela de desempenho individual e pela média nacional em relação a sua parcela de desempenho institucional.</p> <p>(C) pela Presidência ou Vice-Presidência da República e a perceberá integralmente quanto a sua parcela de desempenho individual e pela média nacional em relação a sua parcela de desempenho institucional.</p> <p>(D) pela Presidência ou Vice-Presidência da República e a perceberá integralmente quanto a sua parcela de desempenho institucional e pela média nacional em relação a sua parcela de desempenho individual.</p> <p>(E) pelo Ministro de Estado da Previdência e a perceberá integralmente quanto a sua parcela de desempenho individual e pela média nacional em relação a sua parcela de desempenho institucional.</p>
<p>28. De acordo com a Lei nº 10.185/01, as sociedades seguradoras poderão operar seguro privado de assistência à saúde, desde que estejam constituídas como seguradoras</p> <p>(A) que tenham abrangência em no mínimo três ramos de seguros, devendo seu estatuto social especificar livremente quais os respectivos ramos.</p> <p>(B) que tenham abrangência em no mínimo cinco ramos de seguros, devendo seu estatuto social especificar livremente quais os respectivos ramos.</p> <p>(C) especializadas nesse seguro, devendo seu estatuto social vedar a atuação em quaisquer outros ramos ou modalidades.</p> <p>(D) especializadas nesse seguro, devendo o seu estatuto social permitir a atuação eventual em outros ramos ou modalidades.</p> <p>(E) especializadas nesse seguro, devendo o seu estatuto social permitir a atuação habitual e contínua em outros ramos ou modalidades.</p>	

<p>31. De acordo com a Lei nº 10.850/04, que fixou diretrizes a serem observadas na definição de normas para implantação de programas especiais de incentivo à adaptação de contratos de planos privados de assistência à saúde firmados até 2 de janeiro de 1999,</p> <p>(A) será obrigatória a adesão aos planos especiais, ficando as operadoras obrigadas a cancelar todos os contratos não adaptados.</p> <p>(B) será garantido ao consumidor o caráter facultativo da adesão aos planos especiais, ficando as operadoras obrigadas a manter em operação todos os contratos não adaptados.</p> <p>(C) será garantido ao consumidor o direito de aderir aos planos especiais apenas na hipótese das operadoras cancelarem todos os contratos não adaptados.</p> <p>(D) será obrigatória a adesão aos planos especiais, mas os direitos do consumidor continuarão regidos pelos dois contratos.</p> <p>(E) a operadora poderá transferir ou não os consumidores para os planos especiais, de acordo com o que lhe for mais rentável e a critério da ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar.</p>	<p>34. Com relação à publicidade de produtos, a Lei nº 8.078/90 determina que o fornecedor mantenha, obrigatoriamente, em</p> <p>(A) poder do órgão público controlador pesquisa de mercado indicando qual o tipo de consumidor a que se destina o produto.</p> <p>(B) poder da autoridade pública dados significativos do produto que colocou no mercado de consumo à disposição do distribuidor.</p> <p>(C) poder do órgão público competente amostra do produto que colocou no mercado de consumo à disposição dos fornecedores.</p> <p>(D) seu poder, para informação dos legítimos interessados, os dados fáticos, técnicos e científicos que dão sustentação à mensagem.</p> <p>(E) poder da autoridade pública pertinente pesquisa de mercado indicando qual a melhor região para praticar a venda do produto.</p>
<p>32. José foi contratado por João para reparar o aparelho medidor de pressão arterial de seu uso pessoal, fabricado pela empresa "Pressão Exata Ltda.", que ainda continua em plena atividade no mercado. Segundo a Lei nº 8.078/90, a obrigação de José ao reparar o aparelho é de</p> <p>(A) utilizar quaisquer tipos de componentes novos que se encaixem no aparelho sem a necessidade de manter as especificações técnicas do fabricante, dependendo do valor do serviço.</p> <p>(B) utilizar quaisquer tipos de componentes, mesmo usados, que se encaixem no aparelho, sem a obrigação de manter as especificações técnicas do fabricante, com o fim de baratear o custo do serviço.</p> <p>(C) empregar peças novas, ainda que não sejam originais, independentemente de manter as especificações técnicas do fabricante e de obter a autorização prévia do consumidor.</p> <p>(D) empregar componentes de reposição originais adequados e novos, ou que mantenham as especificações técnicas do fabricante, salvo, quanto a estes últimos, autorização em contrário do consumidor.</p> <p>(E) empregar peças usadas, que sejam originais e que mantenham as especificações técnicas do fabricante, sem necessidade de obter prévia autorização do consumidor.</p>	<p>35. Pedro, sofrendo de obesidade, adquiriu livremente medicamento, de uso não controlado, fornecido pela empresa "XYZ Ltda.", após ter visto publicidade, veiculada na televisão, que prometia resultados imediatos no processo de emagrecimento em virtude de conter uma erva rara da Amazônia, que seria extremamente eficaz no curso da queima de gordura, não sendo informado maiores detalhes. No entanto, decorridos três meses de uso prolongado e contínuo do medicamento, Pedro constatou que o remédio não fez efeito, pois, além de não emagrecer, engordou, descobrindo, por meio de seu médico, que a informação publicitária veiculada na televisão pela empresa "XYZ Ltda." era parcialmente falsa, uma vez que omitiu a informação de que o remédio só serviria ao fim destinado mediante o uso de outro medicamento de fabricação de fornecedor concorrente. A publicidade realizada pela empresa "XYZ Ltda." é considerada</p> <p>(A) aceitável.</p> <p>(B) abusiva.</p> <p>(C) parcialmente abusiva.</p> <p>(D) permitida.</p> <p>(E) enganosa.</p>
<p>33. Joaquim pretende reclamar a respeito da prestação de serviços e mercadorias não duráveis. Nesse caso, deverá saber que inicia-se a contagem do prazo decadencial do direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação, tratando-se de produtos não duráveis e de fornecimento de serviços, respectivamente, a partir da</p> <p>(A) contratação inicial da aquisição de produto ou de prestação do serviço.</p> <p>(B) entrega parcial do produto ou do início da execução dos serviços.</p> <p>(C) entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços.</p> <p>(D) contratação inicial da aquisição do produto ou execução parcial do serviço.</p> <p>(E) entrega parcial do produto ou execução parcial do serviço.</p>	<p>36. Antônio realizou compra no valor de R\$ 150,00 correspondente aos gêneros alimentícios que sua família necessitava, dividindo tal valor em três parcelas mensais e consecutivas, sendo expedido carnê de pagamento. Antônio pagou pontualmente as três parcelas, mas, decorridos trinta dias do último pagamento, foi surpreendido com a cobrança de mais R\$ 100,00 que seriam referentes a encargos moratórios. Com temor de que seus dados pessoais fossem averbados nos órgãos de proteção ao crédito, Antônio efetuou o pagamento dessa quantia indevida. Segundo a Lei nº 8.078/90, Antônio terá direito à repetição do indébito por valor igual</p> <p>(A) ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.</p> <p>(B) ao triplo do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.</p> <p>(C) ao quádruplo do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.</p> <p>(D) ao que pagou em excesso, acrescido de juros legais e de multa de 2% e atualização monetária, inclusive na hipótese de engano justificável.</p> <p>(E) ao que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e de juros legais, inclusive na hipótese de engano justificável.</p>

37. Rita recebeu em seu domicílio a visita do representante comercial da empresa "Conforto Ltda." oferecendo colchão ortopédico por preço módico. Interessada no produto, pois estava sofrendo de fortes dores nas costas, Rita firmou contrato de venda e compra, pagando a quantia cobrada, e, no ato do negócio, recebeu do representante comercial o colchão ortopédico. Porém, decorrido cinco dias do recebimento do colchão, que não apresentava vício, Rita, não obtendo melhora nas dores em suas costas, resolveu desistir do contrato, entretanto após o encerramento do horário comercial. Nesse caso, para comunicar a desistência do contrato à "Conforto Ltda.", resta para Rita o prazo de

- (A) dois dias.
- (B) cinco dias.
- (C) dez dias.
- (D) quinze dias.
- (E) vinte e cinco dias.

38. A "Cia Fonefácil", concessionária de serviço público, pela prática reincidente das infrações de maior gravidade previstas na Lei nº 8.078/90, tendo violado obrigação legal ou contratual, estará sujeita, desde que não haja pendência de ação judicial na qual se discuta a imposição de penalidade administrativa e que inexistam circunstâncias de fato que desaconselham a aplicação, à sanção de

- (A) suspensão do fornecimento do serviço.
- (B) cassação da concessão.
- (C) intervenção administrativa.
- (D) interdição temporária da atividade.
- (E) imposição de contrapropaganda.

39. A empresa "Chá-Bar Ltda." foi contratada para prestar serviço de *buffet* de pratos quentes na festa que seria realizada na residência de Alexandre. O gerente que representou a empresa na contratação, ciente do perigo, deixou de alertar Alexandre, mediante recomendação escrita ostensiva, sobre a periculosidade do serviço a ser prestado, consistente na utilização de botijões de gás como combustível dos fogareiros que seriam distribuídos pela empresa "Chá-Bar Ltda." na residência, durante a festa. No decorrer da festa, um dos botijões veio a explodir, ferindo os convidados que estavam no local. De acordo com a Lei nº 8.078/90, o gerente da empresa "Chá-Bar Ltda." poderá ser condenado por meio de processo judicial criminal por crime doloso, à pena de

- (A) reclusão de cinco meses a um ano e multa.
- (B) reclusão de cinco meses a três anos e multa.
- (C) reclusão de oito meses a três anos e multa.
- (D) detenção de quatro meses a três anos e multa.
- (E) detenção de seis meses a dois anos e multa.

40. Considere as atribuições:

- I. Solicitar à polícia judiciária a instauração de inquérito policial para a apreciação de delito contra os consumidores;
- II. Representar ao Ministério Público competente para fins de adoção de medidas processuais no âmbito de suas atribuições;
- III. Incentivar a formação de grupos de fornecedores compostos por pessoas jurídicas privadas nacionais e internacionais;
- IV. Informar e motivar o fornecedor através dos diferentes meios de comunicação;
- V. Levar ao conhecimento dos órgãos competentes as infrações de ordem administrativa que violem os interesses difusos, coletivos, ou individuais dos consumidores.

De acordo com a Lei nº 8.078/90, caberá ao Departamento Nacional de Defesa do Consumidor, da Secretaria Nacional de Direito Econômico (MJ), ou órgão federal que venha a substituí-lo, as atribuições indicadas APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e V.
- (C) II e IV.
- (D) III e IV.
- (E) III e V.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – PARTE I

41. O Sistema Único de Saúde – SUS pode ser entendido como a política de saúde que busca
- (A) a forma de atuação de clínicas e hospitais particulares, no âmbito da saúde, em parceria com o setor público.
 - (B) a forma de organização da assistência das Unidades Básicas de Saúde no âmbito governamental.
 - (C) a reformulação e a reorganização política e organizacional dos serviços e ações de saúde no país.
 - (D) organização da relação e financiamento da assistência prestada pelo setor privado.
 - (E) um sistema público de saúde que funcione de forma independente da assistência prestada pelo setor privado.

42. As ações de serviços de saúde que integram o SUS são desenvolvidas em conformidade com os princípios de
- (A) descentralização, acesso universal, atendimento integral e participação da comunidade.
 - (B) centralização, atendimento universal e participação da comunidade.
 - (C) descentralização, atendimento universal e participação de todos os setores – públicos ou privados.
 - (D) centralização, atendimento integral, igualdade da assistência à saúde e participação da comunidade.
 - (E) descentralização, capacidade de resolução dos problemas relacionados à prevenção e promoção à saúde e participação da comunidade.

43. É dever do Estado, na garantia da saúde do ser humano,
- I. a formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos;
 - II. a formulação e execução apenas de políticas sociais que visem à redução de riscos de doenças e outros agravos;
 - III. o estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e serviços.
- É correto o que consta APENAS em
- (A) I.
 - (B) I e III.
 - (C) II.
 - (D) II e III.
 - (E) III.

44. Segundo a Organização Mundial de Saúde – OMS, são fatores determinantes e condicionantes da saúde:
- I. Lazer e trabalho;
 - II. Alimentação, saneamento básico, educação e acesso a serviços;
 - III. Transporte, moradia, renda e meio ambiente;
 - IV. Meio ambiente e moradia, exclusivamente;
 - V. Renda, lazer e trabalho, exclusivamente.
- É correto o que consta APENAS em
- (A) IV e V.
 - (B) II e V.
 - (C) II.
 - (D) III.
 - (E) I, II e III.

45. Analise:
- I. Vacinação anti-gripal para idosos acima de 60 anos;
 - II. Realização de sessão de fisioterapia após cirurgia de prótese de quadril;
 - III. Realização de tomografia computadorizada;
 - IV. Consulta de puericultura.
- Considerando os níveis de prevenção, os eventos de I a IV classificam-se, correta e respectivamente, como
- (A) Terciário, Secundário, Terciário e Primário.
 - (B) Secundário, Secundário, Terciário e Terciário.
 - (C) Secundário, Secundário, Terciário e Primário.
 - (D) Primário; Terciário; Secundário e Primário.
 - (E) Primário; Secundário; Secundário e Primário.

46. Considerando as características do segmento de saúde suplementar, é INCORRETO afirmar:
- (A) Aproximadamente 67% dos beneficiários de planos de saúde estão concentrados na região Sudeste do país.
 - (B) Cerca de 68% dos beneficiários de planos de assistência médica pertencem ao segmento de planos de assistência.
 - (C) No segmento dos planos médicos, em ordem decrescente de número de beneficiários, estão as medicinas de grupo, as cooperativas médicas, as autogestões e as seguradoras.
 - (D) No segmento dos planos exclusivamente odontológicos, em ordem decrescente de número de beneficiários, estão as cooperativas odontológicas, odontologias de grupo, seguradoras e autogestões.
 - (E) Apenas cerca de 12% dos planos exclusivamente odontológicos são individuais.

47. Em relação aos avanços conquistados pela Regulação para a saúde suplementar, é correto afirmar:
- (A) A regulação busca promover o acompanhamento econômico-financeiro e a elaboração dos critérios para funcionamento de operadoras.
 - (B) A regulação, fundamentalmente, se ocupa da elaboração dos critérios para funcionamento das operadoras.
 - (C) A regulação visa ajustar a prestação de serviços das operadoras às exigências de mercado.
 - (D) A regulação está direcionada tão-somente ao equilíbrio econômico-financeiro que regula este mercado.
 - (E) A regulação busca elaborar critérios para o funcionamento das operadoras e a manutenção do acesso dos usuários aos serviços.

48. A listagem, conforme exemplo abaixo, dos atos/métodos/técnicas/processos em saúde, cuja cobertura é garantida a todos os usuários dos planos adquiridos a partir de 2 de janeiro de 1999, é revisada periodicamente por Câmaras Técnicas designadas especificamente para este fim, que contam com a participação de representantes dos diversos segmentos da sociedade envolvidos na assistência à saúde suplementar.

	Ambulatorial	Hospitalar com Obstetrícia	Hospitalar sem Obstetrícia	Alta Complexidade
GERAIS				
ACONSELHAMENTO GENÉTICO	Ambulatorial			
ATENDIMENTO AO RECÉM-NASCIDO EM BERÇÁRIO		HOSP C/ OBST		
ATENDIMENTO AO RECÉM-NASCIDO EM SALA DE PARTO (PARTO NORMAL OU OPERATÓRIO)		HOSP C/ OBST		
TENDIMENTO MÉDICO DO INTENSIVISTA EM UTI GERAL OU PEDIÁTRICA (PLANTÃO DE 12 HORAS – POR PACIENTE)		HOSP C/ OBST	HOSP S/ OBST	
CONSULTA (NO HORÁRIO NORMAL OU PREESTABELECIDO)	Ambulatorial			
VISITA HOSPITALAR (PACIENTE INTERNADO)		HOSP C/ OBST	HOSP S/ OBST	
CLÍNICOS				
ACOMPANHAMENTO CLÍNICO AMBULATORIAL PÓS-TRANSPLANTE RENAL – POR AVALIAÇÃO	Ambulatorial	HOSP C/ OBST	HOSP S/ OBST	
ACOMPANHAMENTO CLÍNICO DE TRANSPLANTE RENAL NO PERÍODO DE INTERNAÇÃO DO RECEPTOR E DO DOADOR (PÓS-OPERATÓRIO ATÉ 15 DIAS)		HOSP C/ OBST	HOSP S/ OBST	PAC

(Fonte: <http://www.ans.gov.br/portal> (adaptado))

É correto afirmar que tal listagem corresponde ao

- (A) Parâmetro de Cobertura das Operadoras de Seguros Privados, que deve abranger todos os eventos cobertos pelas operadoras que operam na modalidade de Administradora.
- (B) Parâmetro de Cobertura em Assistência à Saúde dos Serviços oferecidos pela operadora, que deve obrigatoriamente integrar contrato pactuado com o consumidor.
- (C) Registro dos Produtos Definidos pelas Operadoras Privadas de Assistência à Saúde, que deve ser encaminhado trimestralmente à ANS para fins de atualização dos dados cadastrais.
- (D) Rol de Procedimentos, cuja elaboração é de competência das Operadoras de Plano Saúde.
- (E) Rol de Procedimentos, cuja elaboração é de competência da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

49. Considere:

A internação de "X" foi autorizada pelo seu convênio para realização do procedimento. Foi admitido, encaminhado para a sala de cirurgia e, após a realização desta, passou o primeiro dia na UTI, sendo posteriormente transferido para o apartamento. Durante o período em que permaneceu no hospital, recebeu a visita de um auditor de seu convênio, que se inteirou dos procedimentos realizados e fez perguntas sobre exames e procedimentos que haviam sido efetuados. Após sua alta, a conta foi submetida à auditoria pelo seu convênio para efetivação do pagamento.

No processo mencionado, os procedimentos apontam, seqüencialmente, para as auditorias

- (A) prospectiva e concorrente.
- (B) prospectiva, concorrente e retrospectiva.
- (C) concorrente, prospectiva e retrospectiva.
- (D) retrospectiva, concorrente e prospectiva.
- (E) prospectiva, retrospectiva e concorrente.

50. Sobre o processo de auditoria, analise:

- I. A auditoria operacional é realizada por meio da observação direta dos fatos, dos documentos e das situações, por meio da verificação técnico-científica e contábil da documentação médica, bem como, se necessário, o exame do paciente.
- II. A auditoria Analítica é baseada na análise dos documentos, dos relatórios e dos processos, e objetiva a identificação de situações consideradas incomuns e passíveis de avaliação, bem como conferência quantitativa (qualitativa da conta hospitalar e adequação de valores).
- III. A auditoria Analítica subsidia o trabalho operativo e delinea o perfil da assistência e os seus controles.

É correto o que consta em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III, apenas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – PARTE II	
DIREITO CIVIL	
<p>51. É certo que a decadência</p> <p>(A) pode ser reconhecida pelo juiz de ofício, quando reconhecida por lei, independentemente de argüição pelos interessados.</p> <p>(B) resultante de prazo legal pode ser renunciada pelas partes anteriormente à sua consumação.</p> <p>(C) não admite suspensão e, por isso, corre normalmente contra os menores de dezesseis anos.</p> <p>(D) convencional só pode ser argüida pela parte a quem aproveita até a sentença de primeiro grau de jurisdição.</p> <p>(E) resultante de prazo legal pode ser renunciada pelas partes depois de consumada.</p>	<p>55. Ocorre a dação em pagamento quando</p> <p>(A) o credor, com o consentimento do devedor, voluntariamente abre mão de seus direitos de crédito, extinguindo a relação obrigacional.</p> <p>(B) o devedor contrai com o credor nova dívida para extinguir e substituir a anterior.</p> <p>(C) novo devedor sucede o antigo, ficando este quite com o credor.</p> <p>(D) outro credor, em virtude de obrigação nova, é substituído ao antigo, ficando o devedor quite com este.</p> <p>(E) o credor consente em receber prestação diversa da que lhe é devida.</p>
<p>52. No contrato de prestação de serviços, se o prestador de serviços for despedido sem justa causa, a outra parte será obrigada a pagar-lhe</p> <p>(A) a retribuição que lhe seria devida até o termo legal do contrato, calculada em dobro.</p> <p>(B) a totalidade da retribuição que lhe seria devida até o termo legal do contrato.</p> <p>(C) por inteiro a retribuição vencida, além da correspondente a um mês de aviso prévio.</p> <p>(D) por inteiro a retribuição vencida e por metade a que lhe tocaria de então ao termo legal do contrato.</p> <p>(E) o dobro da retribuição vencida, além da correspondente a um mês de aviso prévio.</p>	<p style="text-align: center;">DIREITO EMPRESARIAL</p> <p>56. O deferimento do processamento da recuperação judicial suspenderá, por até 180 dias, o curso das</p> <p>(A) execuções fiscais movidas contra o devedor, ressalvada a concessão de parcelamento na forma da lei.</p> <p>(B) ações de natureza cível contra o devedor nas quais se demandar quantia ilíquida.</p> <p>(C) ações de natureza trabalhista nas quais ainda não tenha sido apurado o crédito do reclamante.</p> <p>(D) ações e execuções dos credores particulares do sócio solidário em face do devedor.</p> <p>(E) ações de qualquer natureza movidas pelo devedor, nas quais figurar como credor.</p>
<p>53. A respeito das diferentes classes de bens, é correto afirmar que</p> <p>(A) os bens que formam universalidade de fato não podem ser objeto de relações jurídicas próprias.</p> <p>(B) os bens naturalmente divisíveis não podem tornar-se indivisíveis por vontade das partes.</p> <p>(C) não se consideram benfeitorias os melhoramentos ou acréscimos sobrevindos ao bem sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor.</p> <p>(D) os frutos e produtos ainda não separados do bem principal não podem ser objeto de negócio jurídico.</p> <p>(E) são considerados bens móveis, para os efeitos legais, os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram.</p>	<p>57. Considere:</p> <p>I. Créditos tributários, independentemente da sua natureza e tempo de constituição, excetuadas as multas tributárias.</p> <p>II. Créditos decorrentes de acidente do trabalho.</p> <p>III. Créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado.</p> <p>IV. Créditos derivados da legislação do trabalho, limitados a 150 salários mínimos por credor.</p> <p>A classificação desses créditos na falência obedecerá à seguinte ordem:</p> <p>(A) I, II, III e IV.</p> <p>(B) I, IV, II e III.</p> <p>(C) II, IV, I e III.</p> <p>(D) III, II, I e IV.</p> <p>(E) IV, II, III e I.</p>
<p>54. Uma pessoa jurídica de direito privado estrangeira tem a respectiva diretoria sediada em Bordeaux (França) e possui filiais no Brasil. Nesse caso, no que concerne às obrigações contraídas pelas filiais situadas no Brasil, haver-se-á por domicílio dessa empresa</p> <p>(A) o lugar em que está sediada a diretoria (Bordeaux – França).</p> <p>(B) o lugar da filial situada no Brasil a que a elas corresponder.</p> <p>(C) a capital do Estado estrangeiro onde está sediada a diretoria.</p> <p>(D) a capital do Estado brasileiro onde estiver a filial a que a elas corresponder.</p> <p>(E) o lugar que corresponder à principal filial brasileira.</p>	<p>58. Paulo, Pedro e João são credores da empresa "Alpha Ltda.", em decorrência de obrigações líquidas não pagas no vencimento e materializadas em títulos executivos protestados, cuja soma corresponde a 25 salários mínimos em relação a Paulo, a 18 salários mínimos em relação a Pedro e a 10 salários mínimos em relação a João. Nesse caso, é certo que a falência da empresa devedora pode ser requerida por</p> <p>(A) Pedro, com base nos títulos de que é credor.</p> <p>(B) Paulo, com base nos títulos de que é credor.</p> <p>(C) Paulo e Pedro, se reunidos em litisconsórcio.</p> <p>(D) Pedro e João, se reunidos em litisconsórcio.</p> <p>(E) Paulo e João, se reunidos em litisconsórcio.</p>

59. Considere:

- I. Atos praticados por terceiros não autorizados, em caráter privado, com finalidade experimental, relacionados a estudos ou pesquisas científicas ou tecnológicas.
- II. Preparação de medicamentos de acordo com prescrição médica para casos individuais, executada por profissional habilitado.
- III. Utilização por terceiros, no caso de patentes relacionadas com matéria viva, com finalidade econômica, de produto patenteado como fonte inicial de variação ou propagação para obter outros produtos.

De acordo com a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, ocorrerá violação do direito de proteção conferido pela patente no que consta APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II.
- (D) II e III.
- (E) III.

60. De acordo com a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, o registro da marca vigorará pelo prazo de

- (A) 05 anos, contados da data da concessão do registro, prorrogável por períodos iguais e sucessivos.
- (B) 05 anos, contados da data do pedido de registro, prorrogável por períodos iguais e sucessivos.
- (C) 10 anos, contados da data da concessão do registro, prorrogável por períodos iguais e sucessivos.
- (D) 15 anos, contados da data da concessão do registro, prorrogável por um período igual e sucessivo.
- (E) 15 anos, contados da data do pedido de registro, prorrogável por períodos iguais e sucessivos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

61. Em tema de administração indireta, é INCORRETO afirmar que as Agências Reguladoras

- (A) podem ter seus atos revistos ou alterados pelo Poder Executivo, através da interposição de recurso hierárquico impróprio para outros órgãos e entidades da Administração Pública.
- (B) são autarquias qualificadas com regime especial definido em suas leis instituidoras e que fiscalizam assuntos atinentes às respectivas esferas de atuação.
- (C) sujeitam-se ao controle pelo Congresso Nacional e ao controle financeiro, contábil e orçamentário pelo Poder Legislativo, com o auxílio do Tribunal de Contas.
- (D) tem essa denominação devido à sua função normativa.
- (E) são dirigidas em regime de colegiado e seus diretores são escolhidos pelo Chefe do Poder Executivo, após prévia aprovação do Senado Federal.

62. Frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente constitui, nos termos da Lei nº 8.429, de 02.06.1992, ato de improbidade administrativa que

- (A) causa prejuízo ao erário, sujeitando o agente ao ressarcimento equivalente até quatro vezes o valor do dano, perda dos bens, perda da função pública, perda dos direitos políticos de três a cinco anos, além de outras.
- (B) atenta contra os princípios da administração pública, sujeitando o agente à suspensão da função pública, perda dos direitos políticos de três a oito anos, proibição de contratar com o Poder Público, pelo prazo de sete anos, além de outras.
- (C) importa enriquecimento ilícito, sujeitando o agente ao ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, suspensão da função pública, perda dos direitos políticos, além de outras.
- (D) causa prejuízo ao erário, sujeitando o agente ao ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, além de outras.
- (E) atenta contra os princípios da administração pública, sujeitando o agente à suspensão da função pública, suspensão dos direitos políticos de quatro a oito anos, proibição de receber incentivos fiscais ou creditícios do Poder Público, pelo prazo máximo de dois anos, além de outras.

63. Quanto à administração indireta, centralizada e descentralizada, é INCORRETO afirmar que a

- (A) empresa pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo, criada por lei para a exploração de atividade econômica.
- (B) sociedade de economia mista é a pessoa jurídica de direito público, criada por lei, com participação exclusiva de particulares no seu capital e pública na sua administração.
- (C) entidade paraestatal desempenha, em regra, atividades de interesse público não privativas do Estado, em regime predominantemente de direito privado, não possuindo fins lucrativos.
- (D) autarquia é criada por lei de iniciativa do Chefe do Executivo, atua em nome próprio e responde objetivamente pelos atos que seus agentes causarem a terceiros, sendo assegurada a ação regressiva.
- (E) a fundação pode ser de direito privado instituída por particulares; de direito privado instituída pelo Poder Público e de direito público instituída pelo Poder Público.

64. Determinada administração pública, de forma remunerada ou gratuita, mas transitória, necessita utilizar-se de terreno pertencente ao particular para depósito de equipamentos, instrumentos de trabalho e materiais, destinados à realização de obras e serviços de interesse público, nas vizinhanças de propriedade particular. O meio adequado de intervenção na propriedade para o caso é a

- (A) desapropriação.
- (B) ocupação temporária.
- (C) servidão administrativa.
- (D) requisição.
- (E) limitação administrativa.

<p>65. É certo que a servidão administrativa é</p> <p>(A) ônus real de uso imposto especificamente pelo Poder Público sobre a propriedade particular, com finalidade de serventia pública – <i>publicae utilitatis</i>.</p> <p>(B) direito real de um prédio particular sobre o outro, com finalidade de serventia privada – <i>uti singuli</i>.</p> <p>(C) restrição pessoal, geral e gratuita, imposta genericamente pelo Poder Público ao exercício de direitos individuais, em benefício da coletividade.</p> <p>(D) instituto que despoja o proprietário do domínio sobre o imóvel público ou particular, com a conseqüente e imprescindível indenização.</p> <p>(E) a limitação administrativa que impõe uma obrigação de não fazer, incidente sobre o proprietário e não sobre imóvel particular, somente se perfazendo mediante prévia e justa indenização.</p>	<p>68. No que tange ao controle da administração pública, considere as assertivas abaixo.</p> <p>I. Os atos sujeitos ao controle judicial comum são os atos administrativos em geral, quanto ao juízo da sua legalidade, conveniência, oportunidade ou eficiência.</p> <p>II. O controle no âmbito da Administração direta ou centralizada decorre da subordinação hierárquica, e, no campo da Administração indireta ou descentralizada, resulta da vinculação administrativa, nos termos da lei instituidora das entidades que a compõem.</p> <p>III. Através do controle administrativo a Administração só anula o ato ilegal e revoga ou altera o ato legal mas ineficiente, inoportuno ou inconveniente, se ainda passível de supressão ou modificação.</p> <p>IV. Nos recursos dirigidos à Administração Pública, é incabível a intervenção de terceiros, ainda que comprovado um interesse direto e efetivo na solução do recurso.</p> <p>V. O controle interno objetiva a criação de condições indispensáveis à eficácia do controle externo e visa assegurar a regularidade da realização da receita e da despesa, possibilitando o acompanhamento da execução do orçamento, dos programas de trabalho e a avaliação dos respectivos resultados.</p> <p>É correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) III e V. (B) II, IV e V. (C) II e III. (D) I e IV. (E) I, III e IV.</p>
<p>66. No que diz respeito à desapropriação, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) a indenização justa é a que cobre não só o valor real e atual dos bens expropriados, à data do pagamento, como, também, os danos emergentes e os lucros cessantes do proprietário, decorrentes do despojamento do seu patrimônio.</p> <p>(B) todos os bens e direitos patrimoniais prestam-se à desapropriação, inclusive o espaço aéreo e o subsolo.</p> <p>(C) a desapropriação da propriedade é a regra, mas a posse legítima ou de boa-fé também é expropriável, por ter valor econômico para o possuidor, principalmente quando se trata de imóvel utilizado ou cultivado pelo posseiro.</p> <p>(D) a declaração expropriatória pode ser feita por lei ou decreto em que se identifique o bem, se indique seu destino e se aponte o dispositivo legal que a autorize.</p> <p>(E) a retrocessão é possível até a incorporação do bem ao patrimônio do expropriante, ou seja, até o trânsito em julgado da sentença ou o registro do título resultante do acordo.</p>	<p>69. Considere as assertivas abaixo a respeito dos contratos administrativos:</p> <p>I. No caso de obras ou serviços, o contrato administrativo extinto pode ser renovado, independentemente de novo ajuste, desde que idênticos ao objeto anteriormente contratado.</p> <p>II. A anulação do contrato administrativo é ato declaratório de invalidade preexistente, que opera efeitos <i>ex tunc</i>, retroagindo às suas origens.</p> <p>III. A inexecução sem culpa da parte, retardando ou impedindo a execução do contrato administrativo, embora possa haver a sua rescisão, não gera responsabilidade para os contratantes, porque tais eventos atuam como causas justificadoras da inexecução do contrato.</p> <p>IV. Fato da Administração é toda determinação estatal ou da parte contratante, positiva ou negativa, geral, imprevista e imprevisível, que onera substancialmente a execução do contrato administrativo.</p> <p>V. A rescisão administrativa do contrato administrativo é efetivada por ato próprio e unilateral da Administração, por inadimplência do contratado ou por interesse do serviço público.</p> <p>É correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) III, IV e V. (B) III e IV. (C) II, III e V. (D) I e IV. (E) I, II e IV.</p>
<p>67. No que respeita ao procedimento licitatório, considere as assertivas:</p> <p>I. A vinculação ao edital é princípio básico de toda licitação, sendo o edital a lei interna da licitação, vinculando aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu.</p> <p>II. O princípio da adjudicação compulsória não impede que a Administração, concluído o procedimento licitatório e de forma discricionária, atribua seu objeto a outrem que não o legítimo vencedor.</p> <p>III. O objeto da licitação confunde-se sempre com o objeto do contrato, que pode ser obra, serviço, compra ou concessão, como, também, alienação ou locação.</p> <p>IV. Configura atentado ao princípio da igualdade entre os licitantes o estabelecimento de requisitos mínimos de participação no edital, ainda que sob o pretexto de que são necessários à garantia e segurança da execução do contrato.</p> <p>V. Estabelecidas as regras da licitação, tornam-se inalteráveis durante todo o procedimento, sendo que, enquanto vigente o edital ou o convite, não poderá desviar-se de suas prescrições, quer quanto à tramitação, quer quanto ao julgamento.</p> <p>É correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I e IV. (B) I, III e V. (C) I e II. (D) II, IV e V. (E) III e IV.</p>	

70. Considere:

- I. Compra de material, equipamento ou gênero industrial de produtor privativo no Brasil.
- II. Aquisição de bens destinados exclusivamente à investigação científica e tecnológica, com recursos concedidos por instituições oficiais de fomento à pesquisa.
- III. Serviços prestados por associações de portadores de deficiência física, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, desde que os preços sejam compatíveis com o mercado.
- IV. Contratação de profissional do setor artístico consagrado pela opinião pública, diretamente ou através de seu empresário.

As assertivas acima representam situações em que a licitação deve ser

- (A) dispensável, dispensável, inexigível, obrigatória.
- (B) obrigatória, obrigatória, dispensável, inexigível.
- (C) inexigível, obrigatória, inexigível, dispensável.
- (D) dispensável, inexigível, obrigatória, dispensável.
- (E) inexigível, dispensável, dispensável, inexigível.

71. Em matéria de serviço público, é INCORRETO afirmar que

- (A) há outorga quando o Estado cria uma entidade e a ela transfere, por lei, determinado serviço público ou de utilidade pública.
- (B) a regulamentação e o controle do serviço público e de utilidade pública caberão sempre ao Poder Público, qualquer que seja a modalidade de sua prestação aos usuários.
- (C) compete ao Estado-membro a realização de serviços de interesse geral, ou de grupos ou categorias de habitantes disseminados pelo seu território, e em relação aos quais não haja predominância do interesse local sobre o estadual.
- (D) os serviços *uti universi* ou gerais são divisíveis e mensuráveis na sua utilização e devem ser mantidos por taxa ou tarifa.
- (E) a prestação do serviço público pode ser centralizada, descentralizada e desconcentrada, e sua execução, direta e indireta.

72. É certo que o ato administrativo

- (A) deve obedecer, ao ser revogado ou modificado, à mesma forma do ato originário, pois o seu elemento formal é vinculado quanto à sua formação e quanto ao seu desfazimento.
- (B) sempre resulta do fato administrativo estabelecido em tese.
- (C) tenha necessariamente declarada a sua validade ou invalidade para que adquira o atributo da imperatividade.
- (D) classificado como de gestão é aquele que a Administração pratica usando de sua supremacia sobre os destinatários, inclusive através da utilização de meios de coerção sobre os interessados.
- (E) ordinatório atua tanto no âmbito interno como externo da Administração, estando em posição inferior à lei, mas superior ao regulamento e ao regimento das repartições.

DIREITO ECONÔMICO

73. A respeito do Liberalismo e do Intervencionismo, considere:

- I. O pensamento liberal surgiu com o Estado de Direito e com a predominância da idéia de um Estado mínimo, destinado a atingir apenas as atividades que se consideravam inseridas no seu campo de atuação.
- II. O liberalismo se intensificou após a Segunda Guerra Mundial, com o incremento de investimentos no campo social, tais como subsídios familiares, pensão por invalidez, socorro aos desempregados e ampliação do crédito público.
- III. A desorganização da economia, sobretudo com a destruição dos parques industriais, elevados contingentes populacionais e desemprego, gerou a convocação da presença do Estado para tentar resolver tal problemática, acentuando-se as tendências intervencionistas.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II.
- (E) II e III.

74. Dentre outras atribuições, compete ao Plenário do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE

- (A) decidir os processos instaurados pela Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça.
- (B) convocar as sessões e determinar a organização da respectiva pauta.
- (C) determinar à Procuradoria as providências judiciais para execução das decisões e julgados da autarquia.
- (D) assinar os compromissos de cessação de infração da ordem econômica e os compromissos de desempenho.
- (E) orientar, coordenar e supervisionar as atividades administrativas da entidade.

75. Os atos, sob qualquer forma manifestados, que possam limitar ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência, ou resultar na dominação de mercados relevantes de bens ou serviços, deverão ser submetidos à apreciação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, que poderá autorizar esses atos desde que atendam algumas condições, dentre as quais se inclui a de que

- (A) impliquem na eliminação da concorrência de parte substancial de mercado.
- (B) tenham por objetivo diminuir a produtividade.
- (C) visem reduzir a qualidade de bens ou serviços.
- (D) propiciem a eficiência e o desenvolvimento tecnológico ou econômico.
- (E) permitam distribuição desigual dos benefícios entre os participantes.

DIREITO DO CONSUMIDOR

76. "A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo."

(Código de Defesa do Consumidor, art. 4º).

O princípio fundamental embasador de toda essa gama de direitos é o da

- (A) vulnerabilidade dos consumidores.
- (B) livre iniciativa.
- (C) valorização social do trabalho.
- (D) livre concorrência.
- (E) soberania nacional.

77. Regina adquiriu estantes para sua casa, sendo que, por defeitos decorrentes de projeto, as estantes desabaram, danificando todas as louças e objetos nela colocados. Nesse caso, o fabricante não será responsável pelos danos causados a Regina se

- (A) provar não ter agido com dolo ou culpa.
- (B) provar a culpa exclusiva dela ou de terceiro.
- (C) alegar que o defeito de fabricação inexistiu.
- (D) provar culpa concorrente do consumidor.
- (E) alegar não ter colocado o produto no mercado.

78. A respeito dos vícios do serviço, considere:

- I. O serviço não é considerado defeituoso pela adoção de novas técnicas.
- II. A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais é objetiva e independe da verificação da culpa.
- III. Se o consumidor exigir a reexecução dos serviços, poderá esta ser confiada a terceiros devidamente capacitados, por conta e risco do fornecedor.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

79. A respeito da personalidade jurídica e de sua descon-sideração, é correto afirmar que

- (A) as sociedades controladas são solidariamente res-ponsáveis pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor.
- (B) o encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração justifica a descon-sideração da personalidade jurídica.
- (C) as sociedades integrantes de grupos societários são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor.
- (D) as sociedades consorciadas são subsidiariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Cód-igo de Defesa do Consumidor.
- (E) as sociedades coligadas responderão independe-temente de culpa pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor.

80. Lúcia contratou o fornecimento de produtos em domicílio. Ao receber as mercadorias arrependeu-se. Nesse caso, é certo que Lúcia:

- (A) pode exercer o direito de arrependimento no prazo de 30 (trinta) dias, contados do ato do recebimento do produto.
- (B) não pode exercer o direito de arrependimento porque as declarações de vontade constantes dos pré-contratos vinculam o consumidor.
- (C) pode exercer o direito de arrependimento no prazo de 15 (quinze) dias, contados do ato do recebimento do produto.
- (D) só pode exercer o direito de arrependimento se a declaração de vontade que gerou o contrato tiver sido feita por telefone.
- (E) exercitando o direito de arrependimento, receberá em devolução, de imediato, monetariamente atuali-zados os valores eventualmente pagos, a qualquer título, durante o prazo de reflexão. .

PROPOSTA PARA REDAÇÃO

Leia atentamente os textos abaixo.

Texto 1:

Os transtornos psiquiátricos têm forte impacto sobre o indivíduo, a família e a comunidade. Em relação a esta última, freqüentemente se observam preocupações quanto ao custo social da provisão extra de atenção requerida pelo paciente e quanto a sua eventual perda de produtividade. Há, ainda, a questão da violência associada a certos distúrbios. O temor da violência tem sido, com efeito, usado como justificativa para a postura favorável à internação de portadores de alguns tipos de transtornos em estabelecimentos específicos.

(ZWARTES, Thaís. **Transtornos psiquiátricos e relações sociais**. Disponível em www.saudental.com.br. Acesso em 23 de janeiro de 2007).

Texto 2:

Não entendo por que é tão difícil conseguir os comprimidos. O governo gasta muito mais com a internação do que gastaria com o fornecimento regular de medicamentos. Com a internação, tem café da manhã, lanche, almoço às 11h, lanche, jantar às 17h, lanche. E ainda tem a despesa com roupa de cama e isso e aquilo.

(Adaptado de FIGUEIREDO, João Antônio Pereira, portador de esquizofrenia, em entrevista a *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 13 de fevereiro de 2007, Caderno A, p. 14).

Texto 3:

Nos casos de internação, acho que ela deveria ocorrer nos hospitais gerais. O único paciente que é tratado em um espaço separado é o que sofre de doença mental. É importante quebrar esse estigma, que ainda é muito forte.

(BRASIL, Marco Antônio, psiquiatra e professor da UFRJ, em entrevista a *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 13 de fevereiro de 2007, Caderno A, p. 14).

Redija uma dissertação em que você exponha e defenda, com argumentos pertinentes, um ponto de vista sobre o tema comum aos textos acima.

Sua redação, em prosa, deve ter entre 20 e 30 linhas e respeitar a norma culta da Língua Portuguesa.

